



MEMÓRIAS E IMAGINÁRIOS: OS “PIONEIROS” NO SUDOESTE DO PARANÁ

Angélica Dalla Rizzarda¹

Resumo

O imaginário exerce processos de dominação, uma vez que se apropria de símbolos e signos agrupados em representações. A função do símbolo é de introduzir valores, moldar o comportamento e indicar e indicar possibilidades de sucesso em seus empreendimentos. Dominar a simbologia é dominar a linguagem que a fundamenta, pois o imaginário é uma grande força de coesão social. Os símbolos evocam e estão ligados a subjetividade, produzem sentimentos que vão além do real, passando a ser representação inconsciente. O imaginário se organiza em torno de determinados significantes contidos nos símbolos, faz uso da memória, podendo ditar o que lembrar, como e quando lembrar. Veremos dois monumentos existentes na cidade de Francisco Beltrão no Sudoeste do Paraná, os quais foram consolidados aos pioneiros da região, destacando assim o uso da memória para fazer ênfase a um determinado acontecimento.

Palavras-chave: Monumentos, Revolta dos Posseiros, memórias.

MEMORIES AND IMAGINARIES: THE "PIONEERS" IN THE SOUTHWEST OF PARANÁ

Abstract:

The imaginary exercises processes of domination, once it appropriates symbols and signs grouped in representations. The function of the symbol is to introduce values, shape behavior and indicate and indicate possibilities for success in your endeavors. To dominate the symbology is to dominate the language that supports it, because the imaginary is a great force of social cohesion. The symbols evoke and are linked to subjectivity, produce feelings that go beyond the real, becoming an unconscious representation. The imaginary is organized around certain signifiers contained in the symbols, makes use of memory, and can dictate what to remember, how and when to remember. We will see two monuments existing in the city of Francisco Beltrão in the Southwest of Paraná, which were consolidated to the pioneers of the region, thus highlighting the use of memory to emphasize a certain event.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), na linha de pesquisa Espaço, Economia e Sociedade, campus de Passo Fundo- RS, contato: ange.dalla96@gmail.com.



Keywords: *Monuments, Revolt of the Squatters, memories.*

A MEMÓRIA UTILIZADA PARA DESTACAR OS PIONEIROS

Quando falamos sobre memórias nos vêm em nossos pensamentos muitas coisas já vivenciadas por nos em nossas vidas. Mas como podemos definir a memória ou as memórias? Pergunta a qual, vamos desenvolver no decorrer deste texto.

Como podemos analisar e questionar o que é memória? Na maioria das vezes nos remetemos a lembranças ligadas ao nosso campo sentimental. Estamos programados para lembrar e esquecer e relembrar ao momento que nosso cérebro é acionado. A memória humana é dotada de uma realidade complexa, a qual esconde e guarda muitas realidades e segredos e é o ser humano o responsável por decidir qual irá expor e o que ele vai deixar em esquecimento.

Podemos ter memórias como algo bom ou como algo que se remete ao negativo. Isto tudo, vem ao encontro do funcionamento de nosso cérebro. Nos mesmos criamos barreiras as quais definimos o que lembrar e o que esquecer. Nesta delimitação entre lembrar e esquecer tem em concordância, os sentimentos humanos. Nesse sentido, a rememoração “significar retirar do esquecimento eventos marcantes”. (TEDESCO, 2011, p.95).

Ao falar em sentimento humano, destacasse algo pessoal de cada ser humano em si. Somos capazes de delimitarmos nossas memórias, e no campo histórico isto não se torna diferente. Para o ser humano, quanto mais significativo e marcante foi um acontecimento, mais difícil será o seu esquecimento.



O ser humano recebe informações diariamente, informações esta de todas as áreas, as quais ficam armazenadas em sua memória e pode ser lembrada com estímulos ou conforme a sua necessidade. Porém, alguns contextos pessoais ou muitas vezes coletivos, levam as pessoas a não lembrarem determinada situação ou contextualização de algo. Isto acontece devido ao seu campo sentimental e psicológico. Somos programados a ter pensamentos e lembranças positivas, isto tudo, para sentir-se bem e alegres com nossas situações diárias.

É natural do ser humano lembrar somente o que lhe convém e o que lhe trás lembranças boas. Em questões políticas e sociais temos a mesma percepção, destacando-se o fantasma do esquecimento. Mas com isto acabamos perdendo muitas questões importantes em detrimento deste esquecimento forçado, isto tudo em nome do pacto do silêncio.

Na área histórica ou em qualquer outra área a ser abordada, alguns conceitos são forçados a não ser expostos a sociedade, principalmente na área política. O passado passa a fossilizar o presente, podendo transformar o presente vivido. Os povos para viverem e reviverem precisam recordar e passar as suas novas gerações a sua história, dores e suas felicidades. A memória pode ser usada como uma arma política, onde grupos pactuam silêncios em prol de determinada situação.

Um exemplo disto é o ataque as torres gêmeas em 2011 nos EUA, um acontecimento ao qual entristece muito a quem viveu e a quem assistiu, mas que precisa ser lembrado para explicarmos as gerações futuras o porquê aconteceu e quais foram às conseqüências de tal acontecimento. Nossa memória é bastante receptiva a novas situações, e também, quando observamos algo que fez parte do nosso passado, ela é capaz de recordar e reviver através das lembranças e sentimentos.

A memória é seletiva, e cabe ao historiador partindo do seu presente selecionar o que deve ser lembrado ou esquecido na atualidade vivida. Quando temos contato com



nosso passado estamos tendo experiências que nos permite conhecer algo no presente. No decorrer da história, o homem, tendo consentimento das escuridões nas memórias, muitas vezes o medo das pessoas de falarem e expressarem seu passado começou-se criar os lugares de memória.

Os lugares de memória consistem em ter vários objetos em determinados locais, podemos destacar as recordações familiares, costumes, bens simbólicos, objetos que representaram uma sociedade, entre outros. Também possuímos pontos turísticos que também são lugares de memória e trazem lembranças de algo que aconteceu no passado, por exemplo, as Ruínas de São Miguel-RS, a principal lembrança das missões jesuíticas no Brasil.

Precisamos destacar que a memória não relata o fato tal como ele acontece, existem inúmeros contextualizações nesta área. Muitas vezes os pesquisadores sofrem com isto, pois a mesma situação passa a ser representada de várias maneiras. Assim cabendo ao pesquisador/historiador fazer um encaixe entre o dito e o que ocorreu verdadeiramente. Porém, todo povo para fazer o seu presente, precisa recordar o memorial do seu passado.

O imaginário é o universo mental dos homens em sua vida cotidiana e coletiva, tendo como elemento central o seu caráter simbólico para se exprimir, existir e significar. Os imaginários estariam então, correlacionados com propostas de controle social, utopias, com seus meios de difusão e figuras carismáticas.

A memória materializada serve como testemunho do passado e sua dimensão coletiva revela a necessidade de se construir através da história a sensação de pertencimento. Como destaca Tedesco (2004), necessidade essa “de construir uma biografia, uma história da própria vida que esteja com possibilidade de fornecer ainda que limitadamente, um senso de continuidade do tempo num contexto de fragmentação”.



Na medida em que o passado vai ficando cada vez mais distante observamos a aceleração da história, movida pela “superabundância” de eventos combinada ao aumento significativo de indivíduos de diferentes gerações situados no espaço e no tempo convivendo juntos, o que faz com que as memórias tornem-se passíveis de esquecimento frente à rapidez e simultaneidade dos acontecimentos que avançam no sentido de rompimento com o passado.

IMAGENS PARA REPRESENTAR UM SENTIMENTO



Imagem 1: Monumento ao Pioneiro, inaugurada em 1952. Fonte: Arquivo pessoal da autora.



Imagem 2: Monumento em homenagem a Revolta dos Posseiros. Fonte: Arquivo pessoal da autora.



Observamos as imagens anteriores, podemos sentir/ver algo ao olharmos as imagens? A resposta pode ser sim! Se tivermos alguma ligação ou sabemos como foi o ocorrido neste período. É para isto que servem as memórias, elas trazem ao nosso presente fatos históricos do nosso passado.

A edificação dos monumentos, em específico na cidade de Francisco Beltrão (PR), trás por si, algo remetente ao simbólico e ao sentimento da população que ali está morando. Trazendo com o monumento um modo de destacar a origem e fortalecer o enaltecimento de determinados atores do passado, aos quais transformaram a história de Francisco Beltrão e de sua região.

A imagem 1 retrata uma família de migrantes provenientes do Rio Grande do Sul chegando ao Paraná. Como retrata a imagem, as condições das viagens eram precárias, faziam quilômetros em cima de uma carroça, com todos os seus pertences a mercê dos perigos. O monumento encontra-se hoje no calçadão central da cidade, uma das principais e mais movimentadas ruas de Francisco Beltrão-PR.

A imagem 2 é o monumento da Revolta dos Posseiros de 1957, inaugurado na comemoração dos 50 anos da Revolta na cidade, ele não representa a Revolta em si, mas é uma representação fotográfica e demonstra uma passeata dos posseiros no dia 10 de outubro de 1957 durante a eclosão da revolta. Acabou entre a população gerando várias discussões, pois na representação do monumento, aparecem algumas pessoas, as quais foram enaltecidas. Por fim, o local, foi estratégico, está localizado onde ocorreram as aglomerações ocorridas no dia 10 de outubro de 1957.

O migrante pioneiro, representado nos dois monumentos trás contextualizações na História de Francisco Beltrão e de sua região. Porém, não se destaca os indígenas que habitavam a região, as representações de memória não dão ênfase aos moradores que já estavam na região.



Foram várias fases enfrentadas entre índios e brancos e o que devemos destacar é o enfrentamento inicial que ocorreu: brancos desbravando territórios até antes não conhecidos por eles, e índios empenhados para garantir a segurança do local.

Os índios também tiveram um papel importantíssimo para os brancos, principalmente em questão de conhecimento de territórios, abertura de estradas e a configuração de pontos estratégicos. Para o autor Ruy Wachovicz (1987) os índios tiveram papel importantíssimo na questão de Palmas, conforme ele aborda:

Inúmeros são os testemunhos que ressaltam o papel fundamental desempenhado pelos índios na ocupação definitiva por brasileiros, no território compreendido entre os rios Iguazu e Uruguai. [...] inestimáveis foram os serviços prestados por esses índios, mas a grande contribuição dos índios do sudoeste paranaense estava ainda por vir na questão de palmas.²

Para a autora Steca (2008)³, os índios marcaram a história ensinando e auxiliando os homens brancos sobre quais rios eram navegáveis ou quais as melhores rotas de navegação, pois além de excelentes canoeiros, também eram guias para caminhos na mata.

No início do século XX a população no sudoeste do Paraná era cerca de 9.600 pessoas, destes 4.200 eram índios ou mestiços, o que correspondia a 40% da população. Esta foi uma das estratégias adotadas na solução da questão de Palmas, sobre o litígio entre Brasil e Argentina.

² WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba: ed. Vicentina, 1987, p. 99.

³ STECA, Lucinéia Cunha. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. Londrina: ed. Uel, 2008.



Tanto para a memória quanto para a história, é difícil recuperar ou recontar tudo, apenas fragmentos de acontecimentos, interpretações sobre o ocorrido. Se a memória é, em grande parte, reconstrução e mobilidade temporal, a mediação e o recurso da oralidade em torno do passado também entrariam nessa visão.

Segundo Saquet (2003, p.27)

Se o território é marcado profundamente por relações de poder; relações sociais, evidentemente, que se cristalizam no espaço. Se um território pode ter sua re-produção interrompida, ou re-produzida constantemente e, se a existência de um território pressupõe um espaço construído, com homens e relações, um espaço produzido pode não ser um território, no caso de não conter, ou envolver, relações de poder. Se assim for, o espaço geográfico pode ser sinônimo de território, mas não necessariamente [...].

A lembrança é uma experiência continuamente interpretada. A narração de memória, por ser uma linguagem localizada no tripé tempo, espaço e experiência, tem a característica de poder se desgastar, ressignificar e delinearizar tempos, de poder perder a velocidade.

A arte de falar alia-se a arte de ouvir, permitindo a articulação entre passado e presente numa forma dialógica, numa fonte viva que interpreta suas experiências, suas invenções e recriações em tempos e espaços diferentes. Podem vir acompanhadas de imagens, invenções e subjetividades exacerbadas.

São memórias que “vão-e-vem”, aliadas ao presente, contemporaneizando-se pela voz do narrador, restaurando-se no presente. A oralidade permite acionar esta memória, uma memória em ação.



FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE

De maneira mais ampla e geral podemos observar o território paranaense em seu povoamento em três fases distintas e organizadas em ordens cronológicas: em meados do século XVII, a primeira fase ganha seu destaque, com características de exploração do território abordado em questão aurífera. A segunda fase, que teve início em 1862 foi marcada pela adentração nas matas e derrubada para plantação do café. A terceira e última fase, como destaca aborda Wachovicz (1987):

A terceira e última etapa, a que trouxe maiores preocupações, correspondeu à ocupação do sudoeste por gaúchos e catarinenses de origem ítalo-germânica, atraídos pela fertilidade dos solos [...], ao tempo do Estado Novo, de Getúlio Vargas. (WACHOVICZ, 2002, p. 5).

A imigração foi estratégica e geopolítica, tinha o interesse de povoar as terras da região sul do Brasil. Foi planejada para um processo de substituição não só do trabalho escravo pelo trabalho livre, mas principalmente como uma substituição do negro escravo pelo branco europeu em um processo de colonização baseado na pequena propriedade. Sendo que neste período a escravidão já estava entrando em um processo arcaico, enquanto a colonização era vista como um processo civilizatório. Era uma forma de “branquear” a população brasileira.

Primeiramente os imigrantes se estabeleceram no Estado do Rio Grande do Sul, onde habitaram as matas, terras que não havia interesse ao setor pecuário. De início se instalaram-se em pequenas propriedades e começaram produzir gêneros alimentícios para o consumo próprio e a venda. Com o uso contínuo da terra e seu esgotamento às terras gaúchas foram perderam propriedades produtivas o que levou os colonos a migrarem para Santa Catarina e posteriormente o Paraná.

[...] o minifúndio era expropriado. Seja pelo esgotamento do solo, ou pela utilização de técnicas rudimentares de cultivo, ou ainda pela



proliferação de pequenas propriedades cada vez menores, as condições de subsistência interna do minifúndio eram minimizadas, levando o pequeno proprietário e sua família a oferecer trabalho assalariado, quando as condições possibilitavam, ou migrar para outra área do país. (MOURE, 1980, p.113).

Ao analisarmos a História do território paranaense em suas fases distintas, podemos perceber ainda a colonização do sudoeste em mais duas fases respectivamente analisadas por Zarth (1997): o processo de ocupação antes de 1940, chamado de ocupação extensiva de terra, a qual foi caracterizada por uma economia cabocla. A segunda, chamada de ocupação intensiva, refere-se ao efetivo processo de ocupação da região por gaúchos e catarinenses, além dos próprios paranaenses.

A ocupação do território deu-se de forma lenta e, sobretudo problemática através dos conflitos explícitos que ocorreram no decorrer da História, por ser uma região fértil e rica, foi muito disputada, causando conflitos jurídicos, políticos e sociais. A vida econômica, social e política da 5ª Comarca, depois Província e agora Estado do Paraná, durante 400 anos moveu-se no tripé: pecuária, erva-mate e pinheirais. Os estados do Paraná e Santa Catarina também entraram em conflito pela região.

Os conflitos pela posse de terra envolveram também a CIA. de Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande, a CITLA, o Governo Federal, o Governo do Paraná e os Posseiros. Outros dois fatores foram relevantes para o desenvolvimento da nova província: a imigração e o surto agrícola. O desenvolvimento da agricultura apresentará um novo elemento no cenário do campo, o colono imigrante, que dominará áreas de matas e campos, cultivando grandes terrenos, ocupando cada vez mais terras.

No início do século existiam poucos povoados na região. Um deles, denominado Canela, teve início em 1919, sendo elevada a categoria de Distrito Judiciário em 1927, com a denominação de Bom Retiro, onde se encontra hoje a sede do Município de Pato Branco. Os povoados de Barracão e Santo Antonio na fronteira da Argentina, outro



núcleo populacional era Campo-Erê, na divisa entre o Paraná e Santa Catarina. Afora esses povoados existiam alguns moradores dispersos, inclusive fugitivos da Justiça.

Temos em construção histórica, o destaque do vazio demográfico no início do século XX na região sudoestina. Não podemos deixar de abordar e destacar os indígenas que aqui já habitavam e exploravam os bens existentes na região. Alguns autores e pesquisadores deixam este período sem destaque, pois a população existente não era em um número elevado. Como aborda Wachovicz (1987):

No início do século XX, o sudoeste paranaense, de Mariopólis até a fronteira argentina, continuava a ser um imenso vazio demográfico. Sua população atingia apenas 3.000 habitantes. [...] No início da década de 1920 a população alcançava a 10.720 pessoas.

A colonização sudoeste do Paraná começou no final dos anos 1920 e início dos anos 1930, analisaremos sob a perspectiva da política do governo do presidente Getúlio Vargas, que defendia a manutenção e consolidação das fronteiras nacionais, para tanto estimulou o processo de ocupação e colonização das faixas de fronteira com países vizinhos.

As medidas como doação de terras e o discurso da terra prometida, da riqueza fácil e da melhoria de vida atraíram um grande número de colonos, especialmente das áreas coloniais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de pequenos proprietários e trabalhadores que vinham em busca de novas oportunidades.

A “Marcha para o oeste” e a ocupação interna do Brasil

Segundo Wachowicz (1987), anterior à década de 1940, o Sudoeste do Paraná era colonizado por índios e caboclos, que desenvolveram seus modos específicos de trabalho com a terra e produção. A partir da década de 1940, devido à política da



“Marcha para o Oeste⁴” proposta pelo Governo Federal, sob a presidência de Getúlio Vargas, passou-se a incentivar o processo de ocupação dos espaços demográficos vazios, mediante o estímulo à migração em diferentes regiões do Brasil. Para o Sudoeste do Paraná vieram, principalmente da região sul, no intuito de colonizar e estabelecer suas moradas.

As bases legais para a organização dos Núcleos Coloniais foram fixadas pelo Decreto Lei nº 2.009, de 09 de fevereiro de 1940. O referido decreto definiu os núcleos coloniais como uma reunião de lotes medidos e demarcados, criados pela União, Estados, Municípios e por empresas particulares a fim de acolher agricultores, em pequenas propriedades rurais.

O Decreto-Lei ainda previu, no artigo 7º, que os Núcleos Coloniais, além de residências, para o pessoal técnico, administrativo e para os trabalhadores, deveriam estabelecer campos de demonstração experimental, destinados a cultura própria da região, pequenas oficinas de trabalho com ferro e madeira, serviço médico e farmacêutico, cooperativas de venda, consumo, crédito e escolas para o ensino rural, de acordo com programas advindos da Superintendência do Ensino Agrícola. (BRASIL. Decreto-Lei n. 2009, de 1940).

O Decreto-Lei de 1940 fortaleceu e embasou as discussões sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais. Tais debates levaram a promulgação do Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, que regulamentou por intermédio do Ministério da Agricultura, a criação e instalação de “grandes” Colônias Agrícolas Nacionais, as quais teriam o objetivo de fixar e receber proprietários rurais e assentá-los em lotes gratuitos disponibilizados pela Colônia.

O Decreto-Lei, ainda estabeleceu que as despesas quanto à fundação, instalação e manutenção das Colônias e das vias de acesso, seriam custeadas pela União. As

⁴ A “Marcha para o Oeste” foi uma política de colonização criada no Governo de Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo, para estimular a ocupação do interior do Brasil a partir de 1938.



Colônias seriam criadas por decretos únicos, e sua instalação deveria ser feita por meio de um plano de colonização, que deveria levar em consideração o clima, recursos hídricos, reservas florestais dentre outros.

As Colônias deveriam respeitar a metragem dos lotes a serem doados, que poderia variar entre 20 a 50 hectares, deveriam exigir uma reserva florestal em cada lote não inferior a 25% de sua área total, manter reservas naturais típicas da região em torno da Colônia, preservando a fauna e a flora. Aos colonos era garantido a gratuidade do lote de terra e de uma casa típica regional para a família.

Além disso, deveriam ser estimulados a criarem cooperativas de produção, venda e consumo. Pelo Decreto-Lei, o Estado ainda garantir o material agrícola por meio do empréstimo e os colonos ficavam livres dos impostos e taxas sobre o lote.

A partir desta política de ocupação territorial, foram criadas sete “grandes” Colônias Agrícolas no Brasil, sendo uma delas instalada no Sudoeste do Paraná, a partir de 1943. Esses dados evidenciam como a política expansionista e integradora do Estado Novo foi ousada. A integração nacional serviu de base ideológica para a expansão do capital.

Cango e a colonização do Sudoeste do Paraná

Pela Lei nº 12.417, de 12 de maio de 1943, o Governo de Vargas, através do Ministério da Agricultura, criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), com o intuito de colonizar a região Sudoeste do Paraná ainda habitada, majoritariamente por caboclos e índios, praticantes de uma agricultura rudimentar.

A Cango concedeu lotes de terras gratuitamente, ferramentas e orientação, para o trabalho com a terra às famílias migradas de diferentes regiões do país, mas dando preferência aos sulistas. As colônias tradicionais do Rio Grande do Sul, formadas por pessoas de origem italiana, polonesa e alemã já apresentavam excedentes populacionais, para os tipos de atividades produtivas então praticadas. A abertura de uma colônia federal próxima despertou a atenção de várias famílias.



Com a promessa de receberem terras férteis e gratuitas, muitas se dispuseram a ocupar a região, pois viam nela a possibilidade de melhorar suas condições de vida. Os primeiros colonos viviam da produção de alimentos, da extração da erva-mate, da madeira e da criação de suínos.

A partir de meados da década de 1940 houve uma migração intensa e acelerada para o Sudoeste do Paraná, sendo as condições oferecidas pela CANGO, a principal responsável por este aumento. Dentre os principais fatores motivadores para a vinda de colonos destacamos: a doação de lotes de terras, a abundância dos recursos naturais, como a araucária, erva mate, recursos hídricos, condições de vida prometidas pelo governo através da propaganda, como estradas, hospitais e escolas; os estímulos à criação de cooperativas e a promessa do desenvolvimento econômico da região.

O crescimento e desenvolvimento da Colônia estimulou a emancipação política da Vila Marrecas, então pertencente ao município de Clevelândia, constituindo-se município de Francisco Beltrão em 1952. A Colônia se manteve paralela a nova cidade, auxiliando-a no seu desenvolvimento. Além dos colonos que vieram atraídos pelas promessas da CANGO, vieram outros à procura de terras devolutas ou para a compra.

Citla versus Cango

Assim, na década de 1950, aconteceram diversos confrontos com companhias imobiliárias que se instalaram na região, como foi o caso da CITLA (Clevelândia Territorial Industrial Ltda.), a qual passou a “vender” os lotes de terras aos colonos, “obrigando-os” a pagar, gerando muitos conflitos ligados a posse da terra.

Os conflitos entre as companhias imobiliárias e os colonos foram enfraquecendo a Cango. O impasse sobre a posse da terra começou a ser resolvidos, mediante uma ação organizada dos colonos, que ficou conhecida como “Revolta dos Colonos de 1957”, cujo principal objetivo foi à defesa da posse da terra. No conflito, milhares de colonos se mobilizaram enfrentando os jagunços das colonizadoras e as autoridades do Estado.



Ao analisarmos os conflitos entre as colonizadoras observamos como a nova geopolítica tem fortes ligações entre os ideais de posse e propriedade de terras, segundo Heinsfeld (2008): “quanto maior for o espaço territorial, maiores serão os contatos que poderão evitar o isolamento e o estancamento sócio-econômico. Os povos mais expandidos são os que têm as relações mais variadas”.

O fato só não resultou numa tragédia devido à interferência do exército, que se colocou a favor dos colonos evitando o conflito. A vitória dos colonos não resolveu o problema da posse de terra, visto que a Cango foi desativada no mesmo ano. O problema só se resolveu a partir de 1962, quando o governo federal criou, pelo Decreto n°. 51.431, o Grupo Executivo das Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), que passou a titular os lotes de terras para os colonos.

Considerações finais

Ao destacarmos a importância da memória em um âmbito coletivo, temos no texto o exemplo da cidade de Francisco Beltrão- PR. Ao historiador, cabe o trabalho de pesquisar e contextualizar sobre o passado e presente.

Buscamos ao longo do texto salientar e reforçar algumas informações já conhecidas sobre a atuação da Cango no Sudoeste do Paraná. A política de concessão de terras que já estavam ocupadas, assim a terra transformava-se em objeto de grandes disputas, marcadas por conflitos armados entre pequenos proprietários, posseiros/grileiros, invasores e jagunços.

A colonização desta região se deu por famílias que viam na migração para o Sudoeste do Paraná o sonho de ter sua própria terra e ter melhores condições de vida. Porém, chegaram às companhias de terras neste contexto e começaram a vender os lotes já habitados, causando assim, vários conflitos.



Essa situação vai dando uma configuração de luta aos acontecimentos sudoestinos, ocasionando assim a Revolta dos Posseiros de 1957. Essa reação desencadeada na região pelos posseiros. E com a união destes posseiros em 1957, os mesmos conseguiram expulsar grileiros e jagunços, abrindo uma nova página na história do Sudoeste. Em 1962, com a criação do Getsop os posseiros transformaram-se em proprietários.

Por fim, buscamos representar os monumentos na cidade de Francisco Beltrão-PR. Devemos ter em mente que a região já era povoada antes da chegada dos migrantes provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A população aqui era de pequena quantidade, mas não podemos esquecer que eles fizeram parte da História e por não ter um número significativo de pessoas, são muitas vezes esquecidos pela historiografia.

As imagens denotam horizontes externos e por si só, acabam narrando a memória. Produz e reproduz hábitos, costumes, cerimônias, estereótipos, material simbólico presente no cotidiano, além de misturar valores tradicionais em contraponto com modernos. Revela ainda, uma poética do discurso em sua intencionalidade, como podemos observar nas imagens dos monumentos de Francisco Beltrão-PR.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº. 12.417 de 12 de Maio de 1943. Colônia Agrícola Nacional General Osório, Estado do Paraná. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12417-12-maio-1943-450906-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: Agosto de 2017.

_____. Decreto – Lei Nº 2.009 de 09 de Fevereiro de 1940. **Nova organização aos núcleos coloniais.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2009-9-fevereiro-1940-411911-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: Agosto de 2017.



_____. Decreto – Lei Nº 3.059 de 14 de Fevereiro de 1941. **Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: Acesso em Junho de 2017.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros.** Curitiba – PR. Criar, 1987.

MARTINS, Rubens S. **Entre jagunços e posseiros.** 1ª ed. Curitiba: 1986.

PARANÁ, Assembléia Legislativa do Paraná. Lei nº 790 de 14 novembro de 1951. **Dispõe sobre a Divisão administrativa do estado no quinquênio de 1.952 á 1.956.** Disponível em: http://Documentos/Fax/Documentos/Downloads/anexo16495_3091.pdf. Acesso em 28/08/2017.

TEDESCO, João Carlos. **Memória e ressentimentos: o campo do sensível.** In: _____. *Passado, presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória.* Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011. cap. 4. p. 92-117.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do Planalto gaúcho 1850-1920.** Ijuí/RS: UNIJUÍ, 1997.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização.** Curitiba: ed. Vicentina, 1987.

STECA, Lucinéia Cunha. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950.** Londrina: ed. Uel, 2008.